

**Dificuldades de tradução do texto jurídico
inglês- português**

Maria José Cartaxo Fresta

Relatório de Estágio de Mestrado em Tradução

(Março, 2013)

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação
científica da Professora Doutora Ana Maria Bernardo

À memória de meus pais

Ao Mário, à Evelize, à Luísa e à Carol

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos vão em primeiro lugar para a Professora Doutora Ana Maria Bernardo, sem cujo incentivo e orientação este relatório não teria sido feito. Os meus agradecimentos igualmente à Dr^a Joana Gomes Ferreira da Procuradoria-Geral da República e à Dr^a Maria Celeste Rodrigues, que me orientou, pelo acolhimento caloroso e pelo inestimável apoio prestado durante a realização do estágio. A todas as pessoas do Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República, que tão bem me receberam e integraram, e em especial à Dr^a Fernanda Antunes, pela sua amizade e companheirismo, o meu especial obrigado.

À minha família e amigos, por tudo, como sempre.

DIFICULDADES DE TRADUÇÃO DO TEXTO JURÍDICO INGLÊS- PORTUGUÊS

MARIA JOSÉ CARTAXO FRESTA

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Tradução, Discurso Jurídico, Direito Comparado, Inglês, Português

O presente relatório descreve a experiência do estágio de 400 horas realizado no Sector de Tradução da Procuradoria-Geral da República. Pretendeu-se analisar as dificuldades de tradução do texto jurídico de inglês para português ao nível textual, pragmático, cognitivo e cultural. Procedeu-se à classificação dos textos trabalhados quanto ao tipo, género e espécie e à análise dos factores intratextuais e extratextuais relevantes para a sua tradução. Procurou-se igualmente estabelecer uma tipologia das dificuldades encontradas e criar mecanismos de resposta que permitissem traduzir com maior coerência e celeridade. Foram identificados sítios electrónicos relevantes para a tradução jurídica. Por último reflectiu-se também sobre os motivos da complexidade e opacidade do texto jurídico. Durante o estágio traduziram-se cerca de 200 páginas de peças processuais variadas e artigos da legislação britânica e norte-americana.

ABSTRACT

KEYWORDS: Translation, Legal Discourse, Comparative Law, English, Portuguese

This report describes the experience of our 400-hour traineeship in the Translation Section of the Prosecutor General's Office. We aimed at analyzing the translation difficulties of the legal text, from English to Portuguese, at textual, pragmatic, cognitive and cultural levels. The translated texts were classified according to their type, genre and species. The intratextual and extratextual factors relevant to their translation were also analyzed. We also tried to apply a typology for the difficulties we have encountered and to create mechanisms to allow us to translate with more coherence and swiftness. We have identified websites relevant to the legal translation. Finally, we have reflected upon the reasons for the complexity and obscurity of the legal text. During the traineeship around 200 pages have been translated, with a wide range of judicial documents and sections of British and American legislation.

ÍNDICE

1. Introdução	8
2. O estágio	8
2.1 Caracterização do local de estágio	11
2.1.1 A Instituição PGR	12
2.1.2 O Sector de Tradução	11
3. Enquadramento legislativo da cooperação em matéria penal	13
4. O texto jurídico inglês e português	14
4.1. Características lexicais e sintáticas do inglês jurídico	16
4.2. Características lexicais e sintáticas do português jurídico	17
4.3. Diferenças entre sistemas jurídicos	18
5. Competências do tradutor jurídico	20
6. Metodologia de trabalho seguida	21
7. Tipologia das dificuldades de tradução	23
8. Dificuldades textuais	24
8.1 Convenções	24
8.2 Macroestrutura	25
8.2.1 Aceitabilidade	25
8.2.2 Situacionalidade	26
8.3 Microestrutura	26
8.3.1 Dificuldades semânticas	26
8.3.1.1 False-friends	26
8.3.1.2 Siglas	27
9. Dificuldades pragmáticas	28

9.1 Formas de tratamento e de cortesia.....	28
10. Dificuldades cognitivas	29
10.1 Desconhecimento da área científica	29
10.2 Tribunais estrangeiros	30
10.3 Cargos e títulos estrangeiros	31
10.4 Texto manuscrito	32
10.5 Formatação	32
11. Dificuldades culturais	33
12. Soluções	33
12.1 Operações de Tradução	34
13. A linguagem jurídica e o cidadão.....	39
Conclusão.....	41
Bibliografia	43
Anexo 1: Listagem das traduções feitas durante o estágio.....	i
Anexo 2: Glossário elaborado durante o estágio	iii

LISTA DE ABREVIATURAS

CEJ	Centro de Estudos Judiciários
CIMP	Cooperação Internacional em Matéria Penal
DCIAP	Departamento Central de Investigação e Acção Penal
DDI	Divisão de Documentação e Informação
EAW	<i>European Arrest Warrant</i>
EUA	Estados Unidos da América
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
GDDC	Gabinete de Documentação e Direito Comparado
LP	Língua de partida
LC	Língua de chegada
MDE	Mandado de Detenção Europeu
MP	Ministério Público
NAT	Núcleo de Assessoria Técnica
OPC	Órgãos de Polícia Criminal
PGR	Procuradoria-Geral da República
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

RELATÓRIO DE ESTÁGIO

1. Introdução

A frequência do mestrado em tradução revestiu-se de grande significado, pois já fazia traduções desde há cerca de vinte anos, primeiro como parte das tarefas de secretariado numa organização internacional e posteriormente como tradutora independente. O mestrado constituiu assim uma excelente oportunidade de reflexão e de enquadramento teórico da actividade prática.

Para a componente não lectiva, pretendia diversificar as minhas áreas de trabalho e aprofundar os conhecimentos adquiridos na componente lectiva, bem como colmatar as lacunas originadas pelo facto de trabalhar como independente, razão por que o estágio se me afigurou como a opção ideal. Em conversa com a Orientadora na FCSH, Prof. Doutora Ana Maria Bernardo, a tradução jurídica surgiu como uma área de estudo a aprofundar, pelo facto de já ter alguma experiência com o texto jurídico, sobretudo na área dos direitos humanos, e mais especificamente da protecção à mãe e à criança, através da UNICEF, organismo para o qual trabalhei durante 15 anos.

Em relação ao estágio, as expectativas eram muitas. O relativo desconhecimento da área penal multiplicava as interrogações. A procura de mais informações teve início ainda antes de começar o estágio, na tentativa de ir o melhor preparada possível para o trabalho que teria pela frente e de tirar todo o partido da experiência que iria vivenciar.

2. O estágio

Durante o estágio, que decorreu de 15 de Outubro de 2012 a 15 de Fevereiro de 2013, foram traduzidas 189 páginas de inglês para português, num total de 52.130 palavras na língua de chegada.

Trabalhámos com um caso em aberto, que assinámos e rubricámos, e documentos de casos já arquivados, que continham dificuldades tradutórias diversificadas.

Os textos traduzidos eram na sua grande maioria do tipo informativo, do género não-científico, (oficial), e de diversas espécies: cartas rogatórias, pedidos de transferência de pessoas condenadas, pedidos de extradição, depoimentos de testemunhas, denúncia de um particular, artigos da legislação, documentos bancários e

estatutos de uma associação. As únicas exceções foram um relatório de autópsia e o relatório da peritagem aos destroços de uma aeronave, que são do tipo informativo e do género científico (técnico-utilitário).

Os documentos traduzidos eram da área penal, podendo dividir-se em quatro grupos consoante os respectivos temas, emissores, destinatários e linguagem utilizada: o primeiro grupo, legislação e convenções, incluiu artigos da legislação norte-americana e inglesa e o protocolo da OMS contra o tabaco; o segundo grupo incluiu documentos relativos a processos, tais como cartas rogatórias, pedidos de transferência e de extradição e peças processuais que os acompanhavam; o terceiro grupo era composto por documentos de especialistas de outras áreas, como um relatório de autópsia, uma peritagem feita a destroços de uma aeronave e documentos bancários; e o quarto, documentos redigidos por particulares, como declarações de um arguido e uma denúncia feita por um particular.

Os documentos dos dois primeiros grupos foram redigidos por especialistas da área jurídica, os do terceiro grupo por especialistas de outras áreas e os do quarto grupo por particulares, que poderemos considerar leigos.

Tipo e género	Espécie	Emissor	Destinatário	Linguagem
1. Informativo, não-científico, (oficial)	Legislação e convenções	Especialistas da área jurídica	Especialistas da área jurídica e público em geral	Linguagem especializada (jurídica)
2. Informativo, não-científico, (oficial)	Documentos relativos a processos penais	Especialistas da área jurídica	Especialistas da área jurídica	Linguagem especializada (jurídica)
3. Informativo, científico (técnico-utilitário)	Relatórios de peritos e documentos bancários	Especialistas de outras áreas	Especialistas da área jurídica	Linguagem especializada (não jurídica)

4. Informativo, não científico (não oficial)	Documentos redigidos por particulares	Leigos	Especialistas da área jurídica	Linguagem comum
--	---------------------------------------	--------	--------------------------------	-----------------

Como se compreenderá, havia diferenças entre os documentos destes grupos: os do primeiro grupo, redigidos por especialistas jurídicos e destinados tanto a operadores jurídicos como ao público em geral, utilizavam uma linguagem jurídica; os do segundo grupo, documentos judiciais que tinham como principais destinatários outros operadores judiciais, empregavam também uma linguagem e uma terminologia jurídica; os relatórios de especialistas, redigidos por especialistas das áreas em questão e destinados a operadores judiciais, utilizavam a linguagem e a terminologia próprias das suas áreas de especialidade, e os documentos escritos por leigos dirigidos a operadores judiciais utilizavam uma linguagem comum, embora cuidada, sendo mais coloquial no caso da denúncia.

Como sublinhado por Cao (2007:10), o tradutor jurídico não se ocupa apenas de textos propriamente jurídicos, mas de qualquer texto que venha a integrar um processo, podendo caber nestes casos temas de qualquer área da actividade humana.

Aos diversos documentos trabalhados convencionou-se chamar Casos, sendo que um caso podia ser constituído por uma só ou por várias peças processuais¹.

Devido ao facto de não termos formação em Direito, situação que aliás é comum a muitos tradutores jurídicos, houve a necessidade de fazer bastante pesquisa não só para nos inteirarmos de questões penais e processuais como para nos familiarizarmos com a terminologia e a formulação próprias do texto jurídico em inglês e em português.

O facto de ficar a trabalhar no gabinete da Orientadora no local de estágio, que era também partilhado por mais uma tradutora, permitindo esclarecer dúvidas e acompanhar os debates suscitados pelas traduções em curso, foi extremamente enriquecedor a nível pessoal e profissional.

Pretendeu-se com o presente estágio analisar as dificuldades de tradução deste tipo de documentos ao nível textual, pragmático, cognitivo e cultural, tendo como base

¹ Devido ao carácter confidencial dos textos, não foi possível incluir os originais e respectivas traduções. Para obviar a essa lacuna, encontra-se no anexo 1 uma pequena súmula dos trabalhos realizados.

teórica o artigo de Ana Maria Bernardo (1997), a obra de Christiane Nord (2001), e a descrição das operações de tradução empreendida por Vinay & Darbelnet (1975), e apresentar as soluções encontradas para lhes dar resposta, que são em grande parte devedoras da obra de Alcaraz e Hughes *Legal Translation Explained* (2003).

2.1 Caracterização do local de estágio

2.1.1 A Instituição PGR

A Procuradoria-Geral da República (PGR) é o órgão superior do Ministério Público. Cabe ao Ministério Público representar o Estado e defender os interesses que a lei determinar, bem como, nos termos da lei, participar na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exercer a acção penal e defender a legalidade democrática.

A PGR é, igualmente, a autoridade central em matéria penal, o que significa que é a autoridade portuguesa responsável pela recepção e tramitação dos pedidos de cooperação judiciária em matéria penal.

Quanto à organização interna da instituição, a PGR é presidida pelo Procurador-Geral da República (artigo 12º, nº 1, alínea a do Estatuto do Ministério Público) e compreende ainda o Conselho Superior do Ministério Público, o Conselho Consultivo da PGR, os auditores jurídicos e os serviços de apoio técnico e administrativo (artigo 9º, n.º 2 do Estatuto do MP).

Na dependência da PGR funcionam o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), o Gabinete de Documentação e Direito Comparado (GDDC) e o Núcleo de Assessoria Técnica (NAT).

Sendo a PGR a autoridade central, houve necessidade de estruturar um sector vocacionado para a gestão de toda a documentação gerada pela área da cooperação. Foi assim criado o sector de Cooperação Internacional em Matéria Penal (CIMP), coordenado pela Dr.^a Joana Ferreira, magistrada do Ministério Público que acumula estas funções com as de Directora do GDDC. Este sector é responsável pela tramitação de toda a documentação gerada pela área da cooperação internacional (cartas rogatórias, pedidos de extradição, e pedidos de transferência de pessoas condenadas) e todas as comunicações que lhe digam respeito (Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto).

2.1.2 O Sector de Tradução

O Sector de Tradução está integrado na Divisão de Documentação e Informação (DDI), pela Lei Orgânica da PGR e ocupa-se maioritariamente da tradução de documentos e esporadicamente de interpretação.

No Sector de Tradução trabalham cinco tradutoras que traduzem de inglês, francês, alemão, espanhol e italiano para português e de português para essas línguas.

A tradução para língua estrangeira é uma questão que há muito levanta alguma polémica, uma vez que é geralmente aceite que o tradutor apenas deve traduzir para uma língua que domine perfeitamente, o que na prática significa, na maioria dos casos, que o tradutor apenas traduzirá para a sua língua materna. Com efeito, a Norma Europeia 15038 afirma no ponto 3.1.2 (Competências profissionais dos tradutores) que os tradutores devem ter «competência que inclui a capacidade de compreender a língua de partida e dominar por completo a língua de chegada» (Norma EN 15038, 2008:7). Também em Alves, Fernandes e Monteiro (2006:52) se pode ler «regra geral, os profissionais de tradução trabalham para a sua língua nativa».

No entanto, é de notar que um tradutor experiente e com sólidos conhecimentos das suas áreas de trabalho, caso das tradutoras do Sector de Tradução da PGR, consegue apresentar um trabalho de qualidade em línguas estrangeiras, com um nível que por vezes não é alcançado por um nativo, sobretudo tendo em conta o elevado grau de especialização jurídica que é necessário possuir.

Na PGR cada tradutora faz também a revisão da sua própria tradução, embora debata com as restantes tradutoras as questões que suscitam dúvidas, sempre que necessário, pelo que trabalha autonomamente. Tal não foi obviamente o nosso caso pois beneficiámos do acompanhamento e revisão por parte da Orientadora no local de estágio, Dr.^a Celeste Rodrigues.

O Sector de Tradução tem um volume considerável de trabalho, uma vez que responde a solicitações da Cooperação Internacional em Matéria Penal (CIMP), do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), da secretaria do Ministério Público, do Conselho Consultivo e do gabinete do Procurador-Geral. Efectua

ainda traduções mediante solicitação dos tribunais portugueses, bem como traduções no âmbito da Eurojust².

As cartas rogatórias, os processos de extradição e os pedidos de transferência de pessoas condenadas representam a parte mais significativa do trabalho do Sector de Tradução. A este tipo de documentos devem acrescentar-se, embora com menor expressão, intervenções de magistrados do Ministério Público em instâncias internacionais.

Até há bem pouco tempo cabia também a este Sector a tradução dos textos de Convenções e Protocolos de que Portugal se tornou parte, tarefa que presentemente está a cargo quase exclusivamente do Ministério dos Negócios Estrangeiros. O Sector foi ainda responsável pela revisão da tradução do Código Penal Português e do Código de Processo Penal para inglês.

3. Enquadramento legislativo da cooperação em matéria penal

As convenções, tratados e acordos pelos quais a cooperação internacional se rege são múltiplos e diversificados, sendo um dos documentos mais significativos a Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal do Conselho da Europa³, e a Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo entre Estados-Membros da União Europeia⁴, que regulamentam a cooperação judiciária em matéria penal entre os Estados signatários e que visam agilizar a cooperação entre esses Estados, em matérias de interesse comum, respeitando o disposto nos respectivos ordenamentos jurídicos.

² O Eurojust é um organismo da União Europeia de coordenação judiciária e de reforço do combate contra o crime organizado e transfronteiriço. Disponível em linha em <http://eurojust.europa.eu/about/background/Pages/History.aspx> e consultado a 15-03-2013.

³ Aprovada, para ratificação, pela Assembleia da República, em 17 de Março de 1994. Disponível em linha em <http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ce/rar-39-dr-161-1994.html> e consultada a 20-01-2013. Esta convenção regulamenta o auxílio judiciário mútuo entre os estados-membros do Conselho da Europa, ou seja, entre estados membros e não membros da União Europeia.

⁴ Aprovada, para ratificação, pela Assembleia da República, em 21 de Junho de 2001. Disponível em linha em http://www.gddc.pt/cooperacao/materia-penal/textos-mpenal/ue/rar63_2001.html e consultada a 20-01-2013. Esta convenção regulamenta o auxílio judiciário mútuo entre os estados-membros da União Europeia.

Portugal assinou ainda acordos bilaterais com diversos países não signatários daquelas convenções⁵, como por exemplo, o Brasil, os Estados Unidos e o Canadá, países onde existe uma grande comunidade portuguesa. Esses acordos bilaterais incidem geralmente sobre a questão da extradição e visam proteger os interesses dos cidadãos portugueses.

4. O texto jurídico inglês e português

A linguagem jurídica é uma língua de especialidade⁶ (*language for special purposes*, ou LSP, em inglês) de grande complexidade, à semelhança de outras línguas de especialidade, como a de ciências exactas como a química e a matemática. Mas, ao contrário dessas áreas do saber, em que existem menos diferenças entre os conceitos, a linguagem jurídica, pela sua estreita ligação com a cultura e a história de uma nação, apresenta diferenças por vezes substanciais.

«[...] *legal language is not a universal technical language but one that is tied to a national legal system (Weisflog 1987: 203), very different from the language used in pure science, say mathematics or physics. Law and legal language [...] reflect the history, evolution and culture of a specific legal system.*» (Cao, 2007:23)

A linguagem jurídica não só possui uma terminologia própria, mas também «*collocations*»⁷ e estilo específicos, muito diferentes de língua para língua e de cultura para cultura, e por vezes com séculos de antiguidade. No entanto, existem características comuns, como sejam um elevado grau de formalidade e uma certa tendência para conservação linguística, ou seja, é uma linguagem em que as formulações persistem ao longo dos tempos.

⁵ Disponíveis em linha em <http://www.gddc.pt/cooperacao/cooperacao.html> e consultadas a 21-02-2012.

⁶ Línguas de especialidade são subconjuntos da linguagem geral que se caracterizam por três variáveis: temática, utilizador e situação na qual a comunicação ocorre. (Cabré, 1999:65). A sua utilização pressupõe uma educação especial e está restrita à comunicação entre especialistas da mesma área ou de áreas afins. (Sager et al.,1980 *apud* Cabré, 1999:62)

⁷ Uma *collocation* é uma associação fixa de palavras cujo sentido global não se pode deduzir a partir do sentido dos elementos que a compõem. Funciona como uma única unidade de tradução. Exemplos: pôr a mesa, ir à falência, tomar uma decisão. Entre outros autores, Nesselhauf (2005) define o termo do seguinte modo: «Collocations, i.e.arbitrarily restricted lexeme combinations such as *make a decision* or *fully aware*, are one type of a group of expressions whose importance in language has been increasingly recognized in recent years. This group of expressions has been variously called prefabricated units, prefabs, phraseological units, (lexical) chunks, multi-word units, or formulaic sequences. They are made up of more than one word and are lexically or syntactically fixed to a certain degree.»

A designação texto jurídico cobre uma panóplia muito diversificada de textos, que engloba desde contratos de arrendamento, documentos e peças processuais (como as cartas rogatórias, os pedidos de transferência e de extradição, os termos de identidade e residência, os autos de Polícia), certidões de nascimento, casamento ou óbito até legislação e ainda contratos de natureza diversa, como os estabelecidos entre as instituições bancárias e os seus clientes. Embora a terminologia jurídica seja idêntica em todos esses casos, os diversos tipos de texto têm colocações e redacção próprias, com características que podem ser muito diversas. Poder-se-ia dizer que essas diversas espécies de texto constituem subgéneros dentro daquilo que designamos por texto jurídico.

«We may distinguish four major variants or sub-varieties of legal texts in the written form: (1) legislative texts, e.g. domestic statutes and subordinate laws, international treaties and multilingual laws, and other laws produced by lawmaking authorities; (2) judicial texts produced in the judicial process by judicial officers and other legal authorities; (3) legal scholarly texts produced by academic lawyers or legal scholars in scholarly works and commentaries whose legal status depends on the legal systems in different jurisdictions; and (4) private legal texts that include texts written by lawyers, e.g. contracts, leases, wills and litigation documents, and also texts written by non-lawyers, e.g. private agreements, witness statements and other documents produced by non-lawyers and used in litigation and other legal situations. These different sub-text types have their own peculiarities. As noted, legal language is not homogeneous, not just one legal discourse, but ‘a set of related legal discourses’ (Maley 1994: 13).» (Cao, 2007:9-10)

Sobretudo no que toca à redacção de legislação, a linguagem jurídica tem a preocupação de ser exaustiva e o mais abrangente possível e de eliminar ou reduzir ao máximo a ambiguidade, o que origina períodos muito longos, com muitas orações interpoladas e paradoxalmente dificulta a interpretação ao não iniciado (como no caso de uma carta rogatória da Escócia (caso 5) e nos casos de artigos da legislação inglesa e norte-americana sobre crimes contra as pessoas (casos 16 e 17).

No Sector de Tradução da PGR, os textos mais trabalhados são os que têm a ver com a cooperação judiciária, por exemplo, as cartas rogatórias (*letters of request*), os mandados de detenção (*warrant for arrest*), os pedidos de extradição (*request for*

extradition) e os pedidos de transferência de pessoas condenadas (*request for the transfer of sentenced persons*). Estes documentos podem vir acompanhados de peças processuais variadas, que é necessário traduzir, como, por exemplo, declarações dos arguidos, depoimentos de testemunhas, registo criminal, infracções ao código da estrada, como num caso de uma carta rogatória da Austrália (caso 1), e excertos da legislação (numa carta rogatória para a Austrália (caso 2) e num pedido de transferência da Irlanda (caso 11).

4.1 Características lexicais e sintácticas do inglês jurídico

Como sublinham Alcaraz e Hughes (2002:4-14), o inglês jurídico caracteriza-se por uma elevada formalidade e uma certa tendência para a conservação linguística ao longo do tempo, tendo entre as suas principais características lexicais as seguintes: (1) o uso de latinismos como *bona fide*; (2) termos de origem francesa ou normanda, como *on parole* ou *in lieu*; (3) registo formal e dicção arcaica, como o termo *witnesseth*, encontrado em textos antigos que por vezes é necessário citar, ou a utilização de expressões como *an action sounding in damages* (uma acção trazida por um credor que deseja ser indemnizado e não apenas ser pago do valor em dívida) (4) advérbios e sintagmas preposicionais arcaicos, como *hereby* (pelo presente); (5) redundância (o uso de dois ou três para-sinónimos, os chamados *lexical doublets and triplets*) como *null and void* e *give, devise and bequeath*, ou *rest, residue, and remainder*; (6) a predominância dos verbos performativos, como *enact* (promulgar); (7) o recurso a eufemismos, como *detention during Her Majesty's pleasure* (detenção por tempo indeterminado) e a recente introdução de coloquialismos contemporâneos, como *hacking* (pirataria informática) ou *cash trapping* (um esquema para o qual ainda não existe tradução em português e que consiste na introdução de uma régua de madeira junto à ranhura de saída das notas do multibanco, impedindo a sua saída. Depois de o legítimo proprietário se ter afastado, julgando tratar-se de uma avaria da máquina, quem colocou a régua retira-a e apropria-se das notas). Acrescentam-se a estas as seguintes características sintácticas: (1) frases muito mais longas do que o habitual na linguagem comum; (2) uso abundante da voz passiva; e (3) o uso do condicional e das formulações hipotéticas.

Cao (2007: 21) também constata que:

«The English legal lexicon is full of archaic words, formal and ritualistic usage, word strings, common words with uncommon meanings and words of over-precision, among others.»

Em relação à sintaxe a mesma autora observa o seguinte:

«In legal English, complex structures, passive voice, multiple negations and prepositional phrases are extensively used.»

4.2 Características lexicais e sintáticas do português jurídico

Segundo a experiência das tradutoras e das juristas da PGR que consultámos, a linguagem jurídica em português partilha algumas características com o inglês jurídico e a linguagem jurídica em geral, a saber, um elevado nível de formalidade, impessoalidade e objectividade, características que marcam a distância comunicativa entre o emissor deste tipo de textos e o receptor. Verifica-se um uso elevado de latinismos, por serem expressões consagradas desde há muito, e que têm a vantagem de ser unívocas. O português jurídico privilegia a voz activa, no que difere do inglês jurídico.

Consultámos ainda uma dissertação de mestrado, de 2000, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, da autoria de Helena Margarida Pires de Sousa Nunes, intitulada *Contributo para a Caracterização da Linguagem Jurídica no Domínio Lexical*, onde pudemos constatar que, à semelhança das outras línguas de especialidade, a linguagem jurídica faz abundante uso de vocábulos da linguagem corrente mas com acepções diferentes das habituais.

O português jurídico utiliza palavras do léxico comum com sentidos diferentes dos habituais, como por exemplo na frase «O Tribunal é incompetente para conhecer do recurso»⁸; neste caso «incompetente» significa que não tem jurisdição sobre o recurso em questão, e não que os magistrados e funcionários que lá trabalham careçam da formação ou das aptidões apropriadas, como seria o caso no sentido usual da língua, e «conhecer de» quer dizer «apreciar, julgar». Outro exemplo é o termo «promover» que na linguagem jurídica significa «ordenar». «Abrir conclusão» é uma expressão que no

⁸ C 102/40 PT Jornal Oficial da União Europeia 1.5.2009 disponível em linha em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:102:0040:0040:PT:PDF> e consultado a 14-01-2013.

meio jurídico significa enviar para uma instância superior, normalmente um magistrado, para que despache ou decida.

Pode existir também uma morfosintaxe diferente da habitual, quase poderíamos falar numa distorção da sintaxe, como na frase acima citada, pois o verbo «conhecer» normalmente não rege a preposição «de».

Como seria de esperar, existe também uma terminologia jurídica específica, ou seja, palavras que apenas se encontram na linguagem do meio jurídico: «autos» (notícia), «sujeitos processuais» (intervenientes no processo, como o autor, o réu, os assistentes), «mandatário» (advogado que representa uma das partes em litígio) «sumaríssimo», como na expressão «processo sumaríssimo» (forma especial de processo penal⁹), para mencionar apenas alguns exemplos.

Da experiência deste estágio e da consulta feita à dissertação de mestrado de Nunes (2000), constatou-se que a linguagem jurídica, apesar de utilizar abundante terminologia própria, utiliza muitos vocábulos da linguagem comum, mas com aceções próprias, diferentes das aceções correntes, como no caso dos exemplos citados acima. Esses vocábulos surgem frequentemente em associações só encontradas no meio jurídico, como no caso de «trânsito», «cúmulo» e «moldura» encontrados nas associações «trânsito em julgado», «cúmulo jurídico», «moldura penal» (Nunes, 2000:127-185).

4.3 Diferenças entre sistemas jurídicos

Existem diferenças substanciais entre os sistemas jurídicos continentais, do qual Portugal faz parte, e que se regem pela chamada *civil law*¹⁰ e o sistema anglo-saxónico, baseado na *common law*¹¹, que vigora no Reino Unido e nos países que fazem parte da *Commonwealth*.

⁹ Código de Processo Penal, Título III, Artigo 392.º

¹⁰ A *civil law* é o sistema jurídico que vigora nos países da Europa Continental, da América Latina, da Turquia, de alguns estados árabes, dos países do Norte de África, do Japão e da Coreia do Sul. Baseia-se na antiga legislação romana, codificada no *Corpus Juris Civilis* de Justiniano (AD 528-534). (Cao, 2007: 24-25) Fundamenta-se essencialmente na lei escrita.

¹¹ A *common law* vigora na Inglaterra e no País de Gales, nos Estados Unidos da América, na Austrália, na Nova Zelândia e no Canadá, na Nigéria, Quênia, Singapura, Malásia e Hong Kong. A *civil law* e a *common law* são as famílias jurídicas mais influentes no mundo, sendo que 80% dos países do mundo pertencem a estes dois sistemas. (Cao, 2007: 24-25). A *common law* privilegia a jurisprudência sobre a lei

No entanto, não são essas diferenças que causam maiores dificuldades ao tradutor, na medida em que este se não depara com uma absoluta assimetria terminológica (Alcaraz e Hugues, 2002:47).

Existem, contudo, outros aspectos práticos que poderão originar erros de tradução, e que são apresentados a seguir.

No sistema anglo-saxónico, por exemplo, a Polícia tem competência e autoridade para investigar e produzir acusações (*charges*). No nosso sistema, a Polícia não tem tanta autonomia: apenas pode investigar, sob a orientação do Ministério Público, mas é a este último que cabe deduzir acusação. Por este motivo, não podemos traduzir as *charges* anglo-saxónicas por «acusações», mas sim por «indícios ou provas», recolhidos pela Polícia.

No sistema anglo-saxónico, desde que há notícia ou suspeita de um crime, a Polícia investiga e produz acusações (*charges*), que submete ao Ministério Público; este analisa o caso e decide se há motivo para lhe dar seguimento (*to continue the proceedings*) ou se deverá arquivar o caso sem o submeter a tribunal (*to discontinue the proceedings*). Se decidir submeter o caso, elabora um documento designado despacho de acusação (*indictment*) no qual acusa (*indicts* ou *accuses*) o suspeito, que passa a ser designado por *accused*. Esse documento está dividido em pontos (*counts*), um por cada crime cometido (caso de um pedido de extradição para os Estados Unidos (caso 7).

Em Portugal, as Polícias efectuam as investigações sob a direcção do Ministério Público. Findas as investigações, o MP analisa-as e decide se deverá arquivar o processo (*to discontinue the proceedings*) ou dar seguimento e levar o caso a julgamento. Neste último caso, elabora a acusação, num documento designado despacho de acusação (*bill of indictment*), no qual acusa o alegado autor do crime. A acusação está igualmente dividida em pontos, que regra geral têm a ver com a progressão dos acontecimentos no tempo. Ao contrário do *indictment* anglo-saxónico, a acusação não separa os diferentes crimes, pelo que os pontos (nºs) que surgem na acusação em Portugal correspondem aos *paragraphs* e não aos *counts* dos sistemas inglês e norte-americano.

escrita, ou seja, a interpretação da lei feita pelos juízes em casos concretos, que a partir daí se torna vinculativa para os casos julgados no mesmo tribunal e nos tribunais hierarquicamente inferiores.

No sistema anglo-saxónico, o presumível autor de um crime recebe várias designações, consoante a fase da investigação em que se encontra: passa de *suspect* (suspeito) a *accused* ou *indicted* (acusado ou indiciado), *defendant* (arguido sobre o qual recaem fundadas suspeitas), *convicted*, no caso de ser condenado, e *inmate* (recluso), se cumprir pena de prisão. No sistema português, a mesma pessoa pode ser designada por *arguido* ao longo de todo o processo, mesmo depois de já estar a cumprir pena privativa da liberdade.

5. Competências do tradutor jurídico

Das impressões trocadas com a Orientadora no local de estágio e da experiência de quatro meses no Sector de Tradução da PGR, pudemos concluir que existem algumas características que o tradutor jurídico deverá possuir e competências que deverá desenvolver se quiser levar a bom termo a sua tarefa. É necessário que adquira conhecimentos de Direito, paulatinamente, pois sem esses conhecimentos será muito difícil, para não dizer impossível, produzir uma tradução fiável. Para além da legislação, é necessário conhecer as várias fases do processo penal e familiarizar-se com questões processuais, que lhe surgirão amiúde nos textos a traduzir. É indispensável conhecer o Código Penal e o Código Processual Penal dos dois sistemas envolvidos. E por último é necessário não esquecer que o tradutor jurídico não traduz apenas texto jurídico, mas igualmente textos sobre qualquer assunto que faça parte do processo judicial. Tudo o que for dito em sala de audiências ou que faça parte das peças do processo poderá ter de ser traduzido.¹²

É portanto necessário que o tradutor jurídico seja rigoroso, curioso e perseverante na procura da solução mais adequada, e que tenha boas técnicas de pesquisa, tanto de fontes impressas como em linha. Isto aplica-se igualmente ao tradutor judicial.

O Portal da Justiça da União Europeia¹³ faz a seguinte distinção entre os dois tipos de tradutor.

¹² “Legal language does not just cover language of law alone, but all communications in legal settings.” (Cao, 2007: 10).

¹³ Disponível em linha em https://e-justice.europa.eu/content_find_a_legal_translator_or_an_interpreter-116-pt.do e consultado a 10-01-2013.

O tradutor jurídico

«deve dominar os conceitos básicos e a terminologia, não apenas do direito como também do domínio em causa. A tradução jurídica desempenha um papel fulcral na comunicação multilíngue, uma vez que habilita indivíduos, empresas e serviços jurídicos e governamentais de diferentes línguas e culturas a comunicarem entre si, no interior dos diferentes Estados e através das suas fronteiras. A tradução jurídica requer conhecimento da terminologia própria e das convenções linguísticas utilizadas na elaboração dos documentos.»

enquanto que tradutor judicial se define deste modo:

«Os tradutores/intérpretes judiciais estão autorizados a traduzir documentos oficiais (certidões de casamento, certificados de habilitações escolares, diplomas universitários, documentos e peças processuais, sentenças judiciais, etc.), bem como a prestar serviços de interpretação em juízo (por exemplo, quando as partes ou testemunhas prestam depoimento), em esquadras de polícia (durante interrogatórios, após uma detenção), ou junto de autoridades administrativas (no decurso de operações de controlo alfandegário, por exemplo).»

De acordo com estas definições, e visto que as traduções mais efectuadas no Sector de Tradução da PGR se enquadram na segunda categoria, uma vez que se trata de documentos e peças processuais, as tradutoras da PGR poder-se-ão designar por tradutoras judiciais.

6. Metodologia de trabalho seguida

A metodologia de trabalho utilizada consistiu em começar por uma leitura atenta de todo o documento ou documentos a traduzir.

Após recepção do documento a traduzir e da sua leitura integral, para nos inteirarmos do assunto tratado, fazíamos a análise dos factores intratextuais e extratextuais relevantes para a tradução, segundo o esquema proposto por Nord (Nord: 2005).

Os factores intratextuais são os seguintes: a temática, o conteúdo, as pressuposições quanto aos conhecimentos que o destinatário deve possuir, a estrutura textual, os elementos não-verbais, o material lexical, os recursos sintácticos e o tom (Nord: 2005:42). Os factores extratextuais abrangem o emissor, o destinatário, a

intenção do emissor, o canal, o lugar, o tempo da publicação e o pretexto da comunicação (Nord:2005:42). Seguidamente, classificávamos o texto segundo o tipo, género e espécie do mesmo¹⁴.

Começava então a pesquisa de terminologia, quer na internet, quer em dicionários técnicos, monolíngues e bilingues, a fim de compreender o sentido do termo e ainda de apurar a sua correcta tradução em português. Consultávamos também dicionários linguísticos sempre que tal se revelava necessário. Por vezes, consultávamos peritos das áreas a traduzir.

Depois de esclarecidas as principais dúvidas, iniciávamos o trabalho de tradução. Nesta fase, era normalmente necessário proceder a novas pesquisas, tanto de terminologia como da fraseologia mais usual, através da consulta de textos paralelos em português¹⁵. Com efeito, para traduzir este tipo de textos (o mesmo se pode dizer dos textos técnicos em geral) não é suficiente o conhecimento dos termos da especialidade, é necessário estar familiarizado com o estilo de linguagem em que os textos são redigidos na língua de chegada.

Depois de concluída a tradução, a mesma era revista e posteriormente entregue à Orientadora que procedia à revisão da mesma. Seguidamente, Orientadora e estagiária analisavam as opções tomadas, a Orientadora assinalava os erros, apontava as melhores soluções e esclarecia os pontos da legislação ou do processo penal que não tivessem sido bem entendidos.

Procedíamos então à correcção da tradução à luz das orientações recebidas, e inseríamos no glossário os termos e formulações validados.

Os textos em inglês eram geralmente provenientes dos EUA, do Reino Unido e de países da *Commonwealth*, pelo que foi necessário pesquisar os artigos das respectivas legislações que se aplicavam ao crime concreto sobre que os mesmos

¹⁴ Os tipos textuais são as grandes categorias em que se podem agrupar os textos, consoante a função, a linguagem, o estatuto do emissor e o público-alvo. Os textos podem ser do tipo informativo, expressivo (literário) ou operativo (apelativo). Os géneros são a categoria em que se agrupam textos em função das suas características formais ou de conteúdo. As espécies correspondem a textos específicos dentro de cada género, como por exemplo, o contrato, o certificado ou a decisão judicial.

¹⁵ Textos paralelos são textos do mesmo género e espécie, mas escritos originalmente na língua de chegada. Têm a vantagem de não sofrerem influência da língua estrangeira, como sucede por vezes com as traduções.

versavam.¹⁶ Mas os documentos a traduzir podiam também ser originários de outros países que utilizam o inglês como língua intermédia, como a Bulgária, (no caso de um ofício pedindo a entrega de uma pessoa condenada). Nos casos de traduções em segunda mão, como este em que o original foi escrito em búlgaro e posteriormente traduzido para inglês (caso 4), os textos podem enfermar de erros terminológicos a que é necessário estar atento.

A pesquisa não se cingiu à terminologia jurídica, pois consoante os temas tratados foi necessário pesquisar terminologia de outras áreas, como o armamento, a banca, a informática ou os estupefacientes.

7. Tipologia das dificuldades de tradução

Segundo Bernardo,

«Uma dificuldade de tradução é um obstáculo levantado por uma unidade de tradução que pode ir desde o nível fónico até elementos extratextuais em que o autor hesita na fase de *transfer* para a língua de chegada e que só resolve através da reflexão, implicando portanto a aplicação de uma estratégia cognitiva determinada, se o tradutor não quiser cair num decisionismo arbitrário, e de que resulta uma tradução deficiente ou menos conseguida se o tradutor não a souber resolver.» (1997-98:79).

Ainda segundo Bernardo, as dificuldades tradutórias incluem as dificuldades textuais, as pragmáticas, as cognitivas e as culturais.

No caso da tradução jurídica, e nomeadamente das traduções efectuadas durante este estágio, todas estas dificuldades estiveram presentes. Cao afirma também que o tradutor jurídico é não só um mediador entre duas línguas, como também entre dois sistemas jurídicos e culturais diferentes. As dificuldades na tradução jurídica têm origem nas diferenças entre os sistemas jurídicos, linguísticos e culturais (2007:23)

Antes de analisarmos as dificuldades de tradução, estabelecemos a tipologia que nos pareceu mais apropriada às dificuldades encontradas no tipo de texto jurídico que traduzimos. A tipologia elencada por Ana Maria Bernardo (1997-98) afigurou-se-nos como a mais apropriada para uma identificação das dificuldades de tradução

¹⁶ Este processo era geralmente feito na internet através do sítio em linha <http://legislationline.org/documents/section/criminal-codes> consultado por diversas vezes durante o estágio (de 15-10-2012 a 15-02-2013)

encontradas durante a realização do estágio. As principais categorias enunciadas (textuais, pragmáticas, cognitivas e culturais) adequam-se aos desafios suscitados durante o estágio, possibilitando um enquadramento teórico abrangente, particularmente articulável com o desempenho da actividade profissional. A análise textual relevante para a tradução (Nord, 2005) perfila-se igualmente como um contributo teórico-conceptual de particular interesse neste âmbito.

A tipologia que se propõe é prospectiva, ou seja, anterior à concretização da tradução e de natureza textual-linguística, uma vez que o material a trabalhar é o texto.

Os textos que foram traduzidos neste estágio tiveram entre os factores extratextuais de relevância (Nord:2005) o local de emissão (Estados Unidos, Inglaterra, países da *Commonwealth*, como a Austrália, um país da União Europeia, a Bulgária, que numa primeira fase traduziu do búlgaro para inglês) e o emissor do texto. Em quase todos casos, (as excepções foram a denúncia de um particular e o depoimento de uma testemunha) tanto o emissor do texto de partida como o iniciador do pedido de tradução foram entidades oficiais. No caso de Portugal, as traduções foram solicitadas pela Procuradoria-Geral da República ou pelo DCIAP no âmbito de processos em curso.

É de notar que um mesmo termo ou expressão pode apresentar mais do que uma dificuldade de tradução.

Segue-se a classificação das dificuldades da tradução encontradas nos textos trabalhados.

8. Dificuldades textuais

As dificuldades textuais¹⁷ incluem as convenções, a macroestrutura (que compreende a aceitabilidade e a situacionalidade) e a microestrutura (onde se incluem as dificuldades semânticas, os falsos-amigos e as siglas).

8.1 Convenções

A expressão «*Her Majesty's*» é uma convenção textual e cultural britânica que encontramos nos documentos provenientes do Reino Unido. O Procurador-Geral da Escócia designa-se por «*Her Majesty's Advocate*» e «*Detention during Her Majesty's pleasure*» significa «prisão por tempo indeterminado» (Alcaraz e Hughes: 2002:7).

¹⁷ Não oferecemos uma definição de texto, mas seguimos de perto o modelo accional de texto proposto por van Dijk, T. A. (1989)

Her Majesty corresponde ao «*The State*» norte-americano, como por exemplo em «*The State vs Smith*», (O Estado contra Smith).

No nosso país a situação equivalente seria a de um processo iniciado pelo Ministério Público.¹⁸

8.2 Macroestrutura

A macroestrutura refere-se ao texto no seu todo e aos aspectos relativos aos títulos, à divisão em parágrafos e alíneas e à disposição geral do texto.

Temos como exemplo a forma de citar os artigos da lei. Os artigos da lei citam-se de modo diferente em português e em inglês. Em Portugal, regra geral cita-se primeiro a alínea (*paragraph*), seguidamente o número (*subsection*) e por fim o artigo (*section*): alínea b) do n.º 2 do artigo 170.º, enquanto que no sistema anglo-saxónico se cita primeiro o artigo, depois o n.º e por fim a alínea, como a seguir se indica: *Section 170 (2) (b)*. No caso da legislação norte-americana, o sistema de numeração é ainda mais complexo, pelo que normalmente não se procede a alterações ao citar a legislação, como se pode constatar no exemplo seguinte: Título 21 do Código dos Estados Unidos Artigo 841 (b)(1)(A)(ii)(II). A seguir ao artigo (841) segue-se um sistema de numeração com diversas subdivisões (alíneas, n.ºs, subalíneas) sem equivalência no nosso sistema, pelo que a citação é transcrita sem alteração.

8.2.1 Aceitabilidade

No caso de um ofício proveniente da Bulgária, que foi traduzido numa primeira fase de búlgaro para inglês, e em que, portanto, procedemos a uma tradução em segunda mão, temos um exemplo das incorrecções que podem surgir na seguinte oração: «*I would like to draw your attention to the fact that this Decision – N.º xx/17.03.2006 which by your request I am sending to you now, is just a stage decision.*» «*Stage decision*» é uma expressão que não existe na linguagem jurídica anglo-saxónica, e que, após análise e consulta à versão inglesa do Código de Processo Penal Búlgaro¹⁹, se chegou à conclusão que poderia significar «decisão provisória». Outro exemplo de erro

¹⁸ Alguns dos exemplos dados não foram trabalhados directamente por nós, mas são casos de que tomámos conhecimento durante a nossa permanência no Sector de Tradução da PGR.

¹⁹ *PENAL_ PROCEDURE_CODE_am2011.en.pdf* [em linha] Disponível em: <http://legislationline.org/documents/section/criminal-codes> [Consultado a 26/10/2012]

é a frase, do mesmo ofício, «*the timely and competently resolving the EAW*» (a execução atempada do MDE).

No entanto, apesar dessas duas imprecisões, o texto foi considerado aceitável, uma vez que nos permitiu entender o seu significado e efectuar a tradução.

Foram estes os únicos casos de erro constatados, visto que as restantes traduções incidiram sobre textos de partida provenientes de países cuja língua oficial é o inglês.

Este caso é ilustrativo da importância do factor extratextual «local da publicação», elencado por Nord (2005).

8.2.2 Situacionalidade

O exemplo indicado acima, referente à Bulgária, ilustra esta dificuldade, uma vez que revela que a situação em que a expressão «*stage decision*» se emprega no país emissor do documento não tem correspondência na legislação anglo-saxónica.

Nesta expressão, como se viu, incidem duas dificuldades de tradução.

8.3. Microestrutura

A microestrutura de um texto consiste na frase e nos elementos menores do que a frase. Dificuldades microestruturais são as que encontramos na tradução desses elementos.

8.3.1 Dificuldades semânticas

Estas são as dificuldades que o tradutor pode sentir na interpretação do sentido da frase, oração ou palavra.

8.3.1.1 *False-friends*

Os falsos-amigos são palavras que pela semelhança fonética ou gráfica ente a língua de partida e a língua de chegada podem induzir o tradutor em erro. No caso do inglês jurídico, existem vários.

Vejamos alguns exemplos: *interview* (interrogar, se se tratar de um arguido, ou inquirir, se se tratar de uma testemunha ou, mais raramente, de um perito, e não entrevistar); *conviction* (condenação e não convicção); *sentence* (pena e não sentença); *judgement* (sentença e não julgamento); *offence* (crime ou infracção e não ofensa); *provisions* (disposições e não provisões); *appeal* (recurso e não apelo); e *life imprisonment*, que nem sempre corresponde ao que em Portugal seria prisão perpétua.

A propósito da tradução de *offence*, ocorre-nos dizer que, em certos casos, a terminologia jurídica, como a língua em geral, sofre uma evolução ao longo do tempo, pelo que é necessário que o tradutor faça as verificações mais completas possíveis e se mantenha sempre actualizado. Há algum tempo atrás, *offence* traduzia-se por delito (menos grave) ou crime (mais grave), mas actualmente traduz-se apenas por crime, que pode ser grave (*serious offence*). O termo «réu», que designava os arguidos de crimes graves, deixou de ser utilizado, passando a empregar-se apenas arguido.

É necessário ter muito cuidado ao traduzir termos jurídicos que podem induzir o tradutor em erro pela sua semelhança com termos portugueses. Um destes casos é o que se refere à *life imprisonment*. O conceito de *life imprisonment* varia conforme a legislação dos países e nem sempre corresponde à nossa prisão perpétua. No Reino Unido e nos EUA, *life imprisonment* não corresponde a prisão perpétua efectiva, mas sim a um regime em que o recluso, ao fim de cumprir um mínimo de anos de prisão efectiva, determinado pelo Tribunal, pode cumprir o resto da pena em liberdade, continuando, no entanto, durante toda a vida, a estar sujeito ao controlo das autoridades judiciárias, num regime semelhante ao da liberdade condicional. Esses arguidos são designados por *lifers*. Contudo, há vários casos em que o Tribunal entende, nas revisões de sentença que são feitas de dois em dois anos, que o condenado não reúne condições para ser libertado, podendo acabar por ficar em regime fechado até ao fim da sua vida. Há que ter especial atenção ao traduzir o conceito de *life imprisonment* em documentos provenientes dos EUA, uma vez que a legislação varia de estado para estado, podendo em alguns estados corresponder efectivamente à prisão perpétua em regime fechado. Este aspecto é muito importante nos casos de pedidos de extradição, como se verá a seguir.

No caso de um pedido de extradição por parte do Reino Unido, traduzido por uma Tradutora da PGR, se o conceito de *life imprisonment* tivesse sido traduzido por prisão perpétua, o detido não teria sido extraditado por Portugal, dado essa pena não estar prevista no nosso Código Penal. Valeram neste caso os conhecimentos e a experiência da Tradutora, que lhe permitiram contornar este escolho.

8.3.1.2 Siglas

Muitas vezes, as siglas representam uma dificuldade acrescida para o tradutor, pois não é fácil descodificar as menos usuais. Em sítios em linha como o

«Acronymfinder»²⁰ a multiplicidade de exemplos faz com que o tradutor se perca sem muitas vezes encontrar o que procura. Além disso, no caso da linguagem jurídica, as siglas em português não se encontram listadas. Nestes casos, é necessário recorrer à experiência de outras tradutoras ou eventualmente de peritos, quando as pesquisas se revelam infrutíferas.

Seguem-se alguns exemplos das siglas que levantaram mais dificuldades.

No caso das declarações juramentadas (*affidavits*) norte-americanas, por exemplo, surge, a seguir à indicação da comarca judicial de emissão do documento, a sigla SS, que tanto pode significar (1) o local onde o documento foi emitido como (2) depoimento ou declaração sob juramento (*sworn statement*). Nos documentos traduzidos optámos pela segunda hipótese.

Siglas como EAW (*European arrest warrant*, mandado europeu de detenção), EDR (*Earliest date of release*, primeira data em que o detido pode sair em liberdade condicional) ou LDR (*Latest date of release*, última data em que o detido pode sair da prisão, e que corresponde ao termo da pena), tiveram também de ser decodificadas.

No caso português, há também siglas que podem colocar dificuldades. É o caso da sigla A. – que significa *autuado* (informado e não multado) e que não é explicitada por ser do conhecimento geral dos operadores judiciais. Outro exemplo semelhante é o da sigla N.A. (Notifique e autue, ou seja, dê conhecimento e inclua nos autos) e D.N. (diligências necessárias). Nestes casos, apenas a consulta a peritos ou tradutores pode dissipar as dúvidas.

9. Dificuldades pragmáticas

Dificuldades pragmáticas são as que se prendem com aspectos comunicativos, como por exemplo, com as formas de tratamento.

9.1 Formas de tratamento e de cortesia

Sabemos que o pronome inglês *you* se pode traduzir por não só por tu e por vós, mas de variadas formas, conforme as situações. No caso deste estágio, foi muitas vezes traduzido por V. Ex^a.

²⁰ Apesar da limitação apontada, pelas pesquisas já efectuadas pode concluir-se que este sítio em linha é uma referência fiável.

No entanto, se entre as peças processuais se encontrasse a transcrição de uma escuta telefónica, ou de uma conversa entre amigos, muito provavelmente *you* seria traduzido por *tu*.

As fórmulas de cortesia variam entre o inglês e o português, e de país para país, pelo que ao traduzir se deve proceder às adaptações necessárias. Uma carta rogatória recebida das autoridades australianas começava por se dirigir ao Embaixador português como «*Dear Excellency*», o que foi traduzido por «Excelência».

O texto de chegada deve adaptar-se à função a que está destinado no contexto de chegada (Nord: 2001:29)²¹. Para tal, o texto traduzido afasta-se por vezes do texto de partida, para respeitar as convenções da cultura de chegada, soar de forma natural e ser imediatamente reconhecido pelos destinatários, que no caso do texto jurídico são os operadores judiciais (magistrados, técnicos, advogados). É assim que, por exemplo, a fórmula de cortesia no final das cartas rogatórias, que em inglês é simplesmente «*Yours sincerely*,» em português poderá ser traduzida por «Com os meus melhores cumprimentos pela vossa prestimosa e estimável colaboração». Do mesmo modo «*Judge*» ficará melhor traduzido por «Meritíssimo Juiz». São essas as expectativas textuais dos operadores judiciais em Portugal, que devem ser respeitadas.

10. Dificuldades cognitivas

As dificuldades cognitivas são sempre dificuldades que se prendem com a competência do tradutor na área em questão, e que só podem ser resolvidas através da familiarização com a temática a traduzir e com a terminologia apropriada, através, por exemplo, da leitura de textos paralelos.

10.1 Desconhecimento da área científica

Sobretudo de início, a terminologia jurídica foi a questão que mais dificuldades nos colocou.

Termos como *committal for trial* (instrução), e *remand* (detenção, após ser presente ao juiz, se este mandar o arguido recolher à cadeia), são alguns dos exemplos. Ao traduzir *committal for trial*, temos de ter em atenção para que entidade se destina a

²¹ “Each text is produced for a given purpose and should serve this purpose. The Skopos rule thus reads as follows: translate/interpret/speak/write in a way that enables your text/translation to function in the situation in which it is used and with the people who want to use it and precisely in the way they want it to function (Vermeer 1989a:20 my [Nord]translation)”.

tradução. Caso a tradução seja para entidades e organismos portugueses, esta expressão deverá ser traduzida por «instrução». Mas se se destinar à União Europeia, deverá ser preferida uma explicitação como «envio a julgamento», uma vez que «instrução» é um termo que não faz sentido para as instituições europeias.

Algumas questões de equivalência terminológica podem colocar dificuldades ao tradutor, tais como termos diversos que correspondem a um único termo na língua de chegada.

Existem em inglês vários termos (*solicitor, barrister, lawyer, attorney, advocate, counsel*) que se traduzem por um único, «advogado» (Alcaraz & Hughes, 2002). «*Counsel*» é normalmente o advogado de defesa ou de acusação.

Num caso da tradução de artigos da legislação dos EUA sobre crimes contra as pessoas, deparámo-nos com os termos «*jail*» (prisão local) e «*prison*» (prisão federal) que traduzimos pelo hiperónimo «estabelecimento prisional», uma vez que na nossa língua não existe uma distinção desse género.

Temos ainda o caso das diversas designações aplicáveis ao presumível autor de um crime no sistema anglo-saxónico, (*suspect, accused, indicted, defendant, convicted* ou *inmate*) que em português se podem traduzir apenas por «arguido».

10.2 Tribunais estrangeiros

No caso dos nomes dos tribunais estrangeiros, a questão que se coloca ao tradutor é a de se deve ou não traduzir o nome dos tribunais estrangeiros para a língua de chegada e, em caso, afirmativo, qual a melhor forma de o fazer (Alcaraz e Hughes, 2002:53).

Por exemplo, o «*High Court of Justice*» na Inglaterra não corresponde ao Supremo Tribunal português. O «*High Court of Justice*» é um tribunal que funciona como tribunal de 1ª instância para certos casos, dependendo da sua natureza e da complexidade e das quantias envolvidas, e de 2ª instância para apreciar os recursos de casos julgados nos «*County Courts*» e nos «*Magistrates Courts*» (tribunais de 1ª instância). Neste caso, na primeira ocorrência desta designação, optou-se por colocar entre parênteses a tradução literal com uma nota de tradutor explicitando as competências desse tribunal. Nas restantes ocorrências, deixou-se ficar o nome do tribunal em inglês em itálico. No caso do Supremo Tribunal da Escócia («*High Court of Justiciary*»), na primeira ocorrência foi colocada a designação em inglês a seguir à

tradução, sendo a partir daí referido apenas em inglês. No caso de um ofício proveniente da Bulgária, o «*Supreme Court of Cassation*» búlgaro corresponde ao nosso Supremo Tribunal e não ao Tribunal de Cassação. O «*District Court*» dos EUA (no caso de um pedido de extradição) é um tribunal com jurisdição sobre uma determinada área da cidade de Nova Iorque, e competente para conhecer de casos civis e penais aí ocorridos, pelo que foi traduzido por tribunal judicial.

10.3 Cargos e títulos estrangeiros

Na tradução dos cargos estrangeiros, à semelhança do que sucede com os tribunais, podemos optar entre deixar o cargo sem traduzir, o que poderá confundir o destinatário da tradução, traduzir mais ou menos literalmente, correndo o risco de a tradução não corresponder às funções do cargo ou de parecer estranha na língua de chegada, ou traduzir pelo equivalente funcional, ainda que aproximado, o que nos parece mais acertado.

Como exemplo dos cargos com que o tradutor se pode deparar, temos «*Senior Crown Counsel*» (*Procurador*), (no caso 8, um documento proveniente de Gibraltar), «*Honorable*» (Doutor), «*Magistrate Judge*» (Juiz de Direito) (no caso 9, de um documento com origem nos EUA), «*County Registrar*» (Responsável pelos Registos) e «*Governor*» que foi traduzido por Director do Estabelecimento Prisional (no caso 11, um texto da Irlanda).

Nalguns casos, optou-se por deixar os títulos em inglês e, através de uma nota de tradutor, explicitar a equivalência dos mesmos, como no caso 5, de uma carta rogatória da Escócia, em que o *Lord Advocate* da Escócia corresponde ao cargo de Procurador-Geral de Portugal. Outra alternativa consistiu em colocar entre parênteses a designação portuguesa a seguir ao nome do cargo na língua de partida, aquando da primeira ocorrência, mencionando apenas a designação original nas restantes passagens do texto. No caso de títulos honoríficos sem correspondência em português, como *Her Majesty's Advocate*, optou-se pelo empréstimo (Vinay e Darbelnet, 1975),²² uma vez que a tradução não se revelava necessária à correcta compreensão do conteúdo do documento.

²² Embora Vinay e Darbelnet tenham designado esta operação de tradução por empréstimo (*borrowing*) ela é geralmente conhecida por estrangeirismo, que ocorre quando uma palavra estrangeira é integrada na língua de chegada sem alteração. Falamos de empréstimo quando a palavra estrangeira sofre alteração fonética e morfológica para se adaptar às convenções da língua de chegada, neste caso, o português.

Sucedem também que em certos casos existe equivalência entre o cargo estrangeiro e o português. Nesses casos, a solução é traduzir o cargo pelo equivalente, como no caso da Bulgária, em que «*Prosecutor*» foi traduzido por Procurador, sem necessidade de mais explicitação.

10.4 Texto manuscrito

Ao fazer a tradução, não se podem deixar de fora as indicações manuscritas que fazem parte integrante do documento e têm, portanto, de ser igualmente traduzidas. Podem tratar-se de despachos, partes de um formulário, assinaturas ou outras referências. Deve indicar-se com clareza que se trata de texto manuscrito, e colocá-lo no local apropriado no texto de chegada.

Caso seja ilegível, e para salvaguardar a responsabilidade do tradutor, deve dar-se a seguinte indicação entre parênteses rectos: [texto manuscrito ilegível].

Durante o estágio esta situação surgiu, entre outras, no caso de um pedido de transferência de pessoa condenada da Irlanda para Portugal, que incluía um formulário preenchido à mão, e num caso de fraude informática, com diversas peças incluídas (caso 3), entre elas um documento bancário com anotações manuscritas já em português, e que a seguir se reproduz.

[Manuscrito: Dr. [texto ilegível] deve
indicar a conta

Cerâmica S.

indicar conta p^a onde deve ir a verba
€1,250.000 [à margem: serviço] para
já sai da galeria F. E. 1.000.000

Figura 1 – Reprodução de uma nota manuscrita aposta a um documento

10.5 Formatação

Nunca é demais sublinhar a importância dos elementos não-verbais do texto, entre os quais podemos incluir os ligados à formatação. Além de tornar o documento mais agradável visualmente, o respeito pela formatação é o que permite ao leitor que desconheça em absoluto a língua de partida reconhecer a que documentos correspondem as traduções que tem perante si.

Carimbos, logotipos e demais aspectos da formatação devem ser mantidos. No caso de um pedido de extradição para os EUA, temos o conteúdo de um carimbo que foi traduzido na íntegra. Os carimbos atestam a autenticidade de um documento, pelo que a sua tradução não pode ser negligenciada.

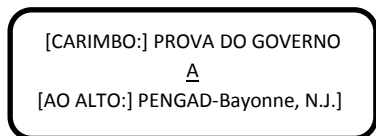


Figura 2 – Reprodução de um carimbo constante de um documento

11. Dificuldades culturais

Por último as dificuldades culturais prendem-se com as diferenças culturais entre os dois países, o do iniciador do texto de partida e o do receptor do texto de chegada, e no caso do texto jurídico têm a ver, por exemplo, com a diferença entre sistemas jurídicos (*common law* nos países anglo-saxónicos, baseada no precedente e na jurisprudência, *civil law* em Portugal, assente em leis escritas e derivada do direito romano).

Temos ainda o exemplo já citado no ponto 8.2.1 que se refere à designação «*stage decision*» (decisão provisória) que se utiliza na Bulgária e não tem correspondência na legislação anglo-saxónica.

12. Soluções

As soluções encontradas para responder aos desafios colocados pelas traduções efectuadas durante o estágio passaram pela consulta a documentos paralelos, nomeadamente o Código Penal e o Código Processual Penal, formulários como o termo de identidade e residência e o termo de notificação²³, o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional²⁴ entre outros documentos, consoante o tema do documento a traduzir.

Apesar de termos recorrido intensivamente à internet, utilizámos também dicionários técnicos e jurídicos existentes no Sector de Tradução da PGR.

Em caso de dificuldades lexicais consultámos a Orientadora ou peritos.

²³ Disponíveis em linha em <http://guiaajm.gddc.pt/formularios.html> e consultados a 19-10-2012.

²⁴ Disponível em linha em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/tpi-estatuto-roma.html> e consultado a 22-11-2012

12.1 Operações de tradução

Na tradução em geral é necessário recorrer a operações de tradução, para produzir na língua de chegada um texto equivalente ao da língua de partida. Essas operações de tradução têm por objectivo não apenas a produção de um texto que reproduza o sentido do texto de partida, como também adequar a tradução às normais expectativas textuais para o tipo e espécie de texto em questão.

Vinay & Darbelnet expuseram de forma muito abrangente a variedade de operações de tradução a que o tradutor recorre, que são em número considerável, sendo as mais empregues o empréstimo, o decalque, a tradução literal, a transposição e a dupla transposição, a modulação, a equivalência, a adaptação, a diluição e a concentração, a amplificação, a redução/economia e o *étoffement*.

Tentaremos explicar brevemente em que consiste cada uma delas. O **empréstimo** consiste na inserção no texto de chegada de uma palavra da língua de partida sem aportuguesamento²⁵. O **decalque** envolve a tradução literal de um lexema ou expressão da língua de partida; é o que sucede, por exemplo, com a tradução da palavra alemã «*kindergarten*» por «jardim-de-infância». A **tradução literal** é a tradução palavra por palavra, apenas possível quando há semelhança entre os segmentos da língua de partida (LP) e da língua de chegada (LC). A **transposição** consiste na alteração da categoria gramatical de um lexema da LP para a LC e é muito comum na tradução do inglês para português, em que por vezes um adjectivo terá de ser substituído por um sintagma verbal, como se verá no exemplo dado mais abaixo. A **dupla transposição** dá-se quando num mesmo segmento ocorrem duas transposições, ou seja, duas alterações de categoria gramatical. A **modulação** consiste na ligeira alteração do ponto de vista semântico, como por exemplo na tradução da frase inglesa «*She is hard to please*» pela frase portuguesa «Ela é exigente». A **equivalência** verifica-se quando o segmento é traduzido por palavras muito diferentes mas que transmitem o mesmo sentido na LC; é uma técnica muito utilizada na tradução de provérbios, como por exemplo «*the early bird catches the worm*», que em português é «Deus ajuda a quem madruga». A **adaptação** designa as traduções que se afastam consideravelmente dos aspectos formais e lexicais da LP, por não ser possível transmitir o sentido de outra

²⁵ Pelo que temos verificado, esta operação, que Vinay e Darbelnet designam por empréstimo, é normalmente conhecida por estrangeirismo.

forma, estando, portanto, no polo oposto ao da tradução literal. A **diluição** ocorre quando o conteúdo do segmento da LP é transmitido em mais lexemas na LC, e a **concentração**, quando sucede o contrário, ou seja, o segmento da LP é transmitido por menos lexemas na LC. A **amplificação** emprega-se quando é necessário adicionar informação para o receptor na LC. Por exemplo, ao traduzir a frase «*David Cameron claims - I am the hacking victims' friend*»²⁶ poderá ser necessário acrescentar o cargo: «O Primeiro-Ministro britânico David Cameron afirma: estou com as vítimas de *hacking*». A **redução/economia** é o oposto, ou seja, a eliminação de informação desnecessária para o destinatário: «*The Portuguese Prime Minister Pedro Passos Coelho*» traduzir-se-ia apenas por «Passos Coelho». O **étouffement** consiste no acrescentamento de lexemas na LC, encorpando assim a frase de forma a soar de forma natural na LC.

A tradução jurídica não foge à regra; seguem-se exemplos das operações de tradução empregues nas traduções feitas neste estágio.

Sobre uma mesma unidade de tradução, à semelhança do que sucede com o texto não jurídico, pode incidir mais do que uma operação de tradução.

1) Estrangeirismo

O estrangeirismo consiste na introdução no texto de chegada de palavras da língua de partida sem alteração. São cada vez mais os termos do mundo da informática com tradução em português, mas subsistem ainda muitos para os quais essa tradução não existe, sobretudo devido à rápida evolução das tecnologias, e também das tentativas de burla informática. É este o caso do termo *phishing* e da sigla *DVD*.

Um outro exemplo de estrangeirismo foi a inclusão no texto de chegada da expressão *Selamat Datang* («bem-vindos» em malaio), que surge no texto da 6ª conferência anual anticorrupção na Malásia (caso 12). Em nota de rodapé explicou-se o significado dessa expressão.

²⁶ The Independent, *Conservative spring conference: David Cameron claims - I am the hacking victims' friend*, de 17 de Março de 2013, [em linha] disponível em <http://www.independent.co.uk/news/uk/politics/conservative-spring-conference-david-cameron-claims-i-am-the-hacking-victims-friend-8537673.html> consultado a 17-03-2013.

2) Decalque

O decalque envolve a tradução literal de uma expressão estrangeira. Foi o que sucedeu com a expressão «*intelligence-led policing*» traduzida por «policiamento com base em informações».

A frase «*Plenary Session I: The need for intelligence-led policing in the investigation and prevention of corrupt practices*» ficou assim em português: «Sessão Plenária I: A necessidade de um policiamento com base em informações na investigação e prevenção de práticas corruptas».

3) Transposição

A transposição ocorre quando há lugar à mudança de categoria gramatical de uma unidade de tradução.

Na tradução do relatório de uma peritagem o sintagma nominal «*witnessed observations*», na frase «*The witnessed observations of a failing engine [...] all indicate that the aircraft was being flown by the pilot*» foi substituído pelo sintagma preposicional «das testemunhas que presenciaram»: «As observações das testemunhas que presenciaram a queda do avião [...] tudo indica que a aeronave estava a ser pilotada pelo piloto.»

Num outro caso, o adjetivo possessivo «*his*» em «*his support committee*» foi traduzido pela oração relativa «que o apoiava», a fim de a frase soar mais natural em português. Assim, «*the aircraft was frequently used by the candidate General (...) and his support committee*», foi traduzida por «a aeronave foi frequentemente utilizada durante a campanha eleitoral pelo General [...] e pela equipa que o apoiava».

4) Modulação

A modulação consiste numa ligeira mudança de perspectiva semântica.

No caso de um pedido de transferência de pessoa detida na Irlanda, relativamente ao «cálculo de liquidação da pena para efeitos da proposta transferência para o estrangeiro», em inglês «*Calculation of sentence for proposed transfer outward*» a expressão «*remission earned*» foi traduzida por «redução concedida».

5) Equivalência

A equivalência consiste em transmitir o sentido de uma unidade de tradução na língua de chegada com palavras muito diferentes, quando é essa a única forma de transmitir o sentido. Emprega-se quando existem diferenças culturais ou pragmáticas consideráveis entre as duas línguas.

No caso da tradução da denúncia de um particular, a expressão «*he was a very tough customer*» traduziu-se por «era um osso duro de roer».

6) Adaptação

A adaptação ocorre quando é necessário proceder a uma remodelação considerável do texto de partida. Isto sucede normalmente devido a grandes diferenças culturais, morfossintáticas ou lexicais. No exemplo que se segue, retirado de uma peça processual vinda da Irlanda, num caso de transferência de pessoa condenada, foi necessário proceder a adaptações consideráveis no texto, de modo a respeitar a formulação que é de esperar num texto equivalente em português.

O texto em inglês era o seguinte:

«To the Governor

This is to command you to whom this Warrant is addressed to receive the body of the said MCDS a person tried and convicted at a Circuit Court held at Galway in the County of Galway on the xxth day of November xxxx and following days before Judge G. and imprison him in Castlerea Prison, Co. Roscommon to undergo the sentence as set out above.»

Foi traduzido da seguinte forma:

«A/C do Exmo. Senhor Director do Estabelecimento Prisional

Vem requerer-se a V. Exa., mediante a passagem do presente Mandado de Condução a prisão, se digne dar cumprimento ao mesmo, recebendo para esse efeito MCDS, julgado e condenado pelo Tribunal de Círculo de Galway, Distrito de Galway, no âmbito de julgamento que teve início a xx de Novembro de xxxx, perante o juiz G., encarcerando-o na Prisão de Castlerea, Distrito de Roscommon, para cumprimento da pena em que foi condenado como acima especificado.»

Mais um exemplo de adaptação, neste caso na tradução de artigos do Código Penal inglês. A frase «*A person who, but for this section, would be guilty of murder, is not guilty of murder if, at the time of his act, he is suffering from such mental abnormality as is a substantial enough reason to reduce his offense for manslaughter*» traduziu-se da seguinte forma: «Quem incorresse numa condenação por homicídio qualificado não o será, pelas disposições do presente artigo, se, à data da prática dos actos, sofrer de anormalidade mental com gravidade suficiente para que o crime seja considerado homicídio privilegiado.»

6) Diluição

A diluição consiste na tradução de uma unidade de tradução por mais palavras. No caso da tradução do n.º 373 do Título 18 do Código Penal norte-americano, a expressão «*for not more than*» traduziu-se por «por um termo não superior a».

A frase completa é a seguinte: «*Whoever [...]solicits, commands, induces, or otherwise endeavors to persuade such other person to engage in such conduct, [...] shall be imprisoned for not more than twenty years*» e foi traduzido por: «Quem [...] instigue, ordene, induza ou por outro meio tente persuadir outrem a praticar conduta dessa natureza,[...]será privado da liberdade por um termo não superior a vinte anos.»

7) Concentração

A concentração é a operação oposta à diluição e ocorre quando uma unidade de tradução é traduzida por menos lexemas.

Na tradução de um artigo do Código Penal inglês, a expressão «conspiracy to commit an offence» traduziu-se simplesmente por «associação criminosa». A frase completa «*A person is guilty of conspiracy to commit an offence or offences if*» foi traduzida por «É punido pelo crime de associação criminosa quem».

De notar que sobre a mesma frase incide a operação de adaptação: «*A person*» traduziu-se por «quem», que é a forma usual de redacção da legislação penal portuguesa.

8) Amplificação

A amplificação consiste na adição de informação necessária para o completo entendimento da frase na língua de chegada. Assim sendo, na tradução do relatório de

um perito, «*Jane's All the World Aircraft*» traduziu-se por «a publicação anual sobre aviação *Jane's All the World Aircraft*».

9) Étoffement

Por vezes é necessário encorpar um pouco mais as unidades de tradução, para que o texto faça sentido e soe de modo natural em português. Na tradução do projecto de protocolo para eliminar o comércio ilícito de produtos de tabaco, a frase «*The Parties shall make every effort to reach agreement*» foi traduzida como «As Partes envidarão todos os esforços que estiverem ao seu alcance para chegar a consenso».

Como se pode ver pelos exemplos acima indicados, são várias as operações de tradução que têm lugar na tradução do texto jurídico, sendo as mais usuais, segundo a nossa experiência neste estágio, a transposição e a adaptação.

13. A linguagem jurídica e o cidadão

Gostaríamos de em breves palavras reflectir sobre a complexidade e opacidade da linguagem jurídica e as dificuldades daí decorrentes para o cidadão no seu relacionamento com a lei.

Antes de iniciar o presente estágio, como certamente muitos dos nossos concidadãos, tínhamos noção da complexidade da linguagem jurídica, e ao mesmo tempo o preconceito, talvez mal fundado, de que tal se deveria, pelo menos em parte, ao desejo da classe jurídica de manter distância em relação ao cidadão comum, impedindo-o de se defender em situações de litígio sem o recurso, sempre oneroso, a um advogado.

A verdade é que ao longo da vida, por um motivo ou por outro, todos temos de lidar com textos jurídicos, tenhamos disso consciência ou não. Pensemos nos diversos tipos de contrato entre as instituições bancárias e seus clientes, nos contratos de arrendamento ou de compra e venda de habitação ou de viatura, nos contratos de empréstimos ao consumo, hoje em dia tão na moda. A situação tornar-se-á porventura mais complexa se o cidadão tiver algum litígio pendente em tribunal.

Sem querer fazer um levantamento exaustivo da questão, até porque iria ultrapassar em muito o escopo deste relatório e o tempo disponível, não quisemos deixar de aflorar esta temática que nos suscitou bastantes reflexões mesmo antes da realização deste estágio.

Da troca de impressões com tradutoras e juristas da PGR, pudemos concluir que a linguagem jurídica apresenta diversos graus de complexidade. Essa complexidade será maior no caso dos acórdãos, e menor noutras situações, como a da redacção de legislação, em que existe a preocupação por parte do legislador em a tornar acessível ao leigo, sem prejuízo do rigor que é necessário. Nos textos jurídicos de divulgação de informações ao cidadão, sobre questões de cidadania, por exemplo, nota-se a utilização de linguagem corrente.

Se é verdade que todos os cidadãos devem conhecer as leis pelas quais se regem, e, portanto, a linguagem jurídica, pelo menos a linguagem da legislação, deverá ser acessível ao maior número possível de pessoas, também é verdade que uma simplificação excessiva pode pôr em causa o próprio rigor e clareza da lei, prejudicando, em última análise, os valores, os bens jurídicos e os cidadãos que pretende defender.

CONCLUSÃO

O estágio permitiu dar resposta às dúvidas inicialmente formuladas e que resumidamente consistiam no seguinte: 1. entender o motivo da complexidade e opacidade da linguagem jurídica; 2. como proceder para traduzir entre dois sistemas jurídicos com diferenças por vezes substanciais; 3. que estratégia adoptar quando não existem termos equivalentes entre a língua de partida e a de chegada.

Quanto ao primeiro ponto, observou-se que a linguagem jurídica tem diversos níveis, conforme o público-alvo a que se destina, mas quando os destinatários são os operadores jurídicos (magistrados, advogados, técnicos) a utilização de uma terminologia específica permite a eficácia do sistema judiciário na defesa dos interesses do cidadão. No entanto, essa especificidade torna a linguagem jurídica quase incompreensível para o leigo.

Gostaria de salientar que me parece existir um campo aberto à investigação na área da tradução jurídica inglês-português, onde as obras de referência que existem são ainda em número limitado, tanto quanto me foi dado ver.

O tradutor que se queira especializar nesta área terá de fazer a leitura de manuais de Direito, códigos penais e processuais nas duas línguas envolvidas e nas duas legislações em presença, a britânica, a norte-americana ou a de outro país que utilize a língua inglesa, e a portuguesa. Deve também pesquisar textos paralelos de diversas espécies (cartas rogatórias, autos, legislação, declarações de testemunhas e arguidos) de forma a familiarizar-se com o estilo, o léxico e a sintaxe do texto jurídico.

É de notar que o mesmo termo pode ser traduzido de diferentes formas consoante a situação textual concreta, pelo que é necessário que o tradutor conheça as fases do processo penal e o estatuto dos intervenientes no mesmo.

Para quem se queira dedicar à tradução jurídica, não é demais enfatizar a importância de fazer pesquisas o mais completas possível, na internet e em fontes impressas, de consultar peritos sempre que tal se revele necessário e viável e de verificar e contra verificar as informações obtidas, sobretudo relativamente às equivalências que à partida parecem não oferecer dúvidas, dado o grande número de falsos cognatos na área jurídica.

Os textos paralelos são de importância crucial na área jurídica, atendendo ao número de formulações e modelos já estabelecidos nos diversos tipos de texto jurídico.

De notar também que o tradutor jurídico não traduz apenas texto jurídico, pois, consoante a natureza dos crimes, terá de traduzir textos de diversas áreas, como a banca e as finanças, a informática, a medicina forense, a aeronáutica ou o armamento.

O nível de linguagem abrange igualmente um leque variado, desde a linguagem do arguido ou da testemunha que presta declarações até à do juiz que profere a sentença, passando pelo registo dos advogados e funcionários da justiça e pela linguagem técnica dos peritos chamados a pronunciar-se sobre as questões em análise.

O estágio permitiu tomar consciência de todas estas questões e dar um salto qualitativo, não apenas na área da tradução jurídica de inglês para português, como também na tradução em outras áreas, pela experiência proporcionada, pelas técnicas de pesquisa que foram aprofundadas e pelo rigor empregue, que é tão necessário neste e noutros domínios.

Permitiu-nos também reflectir sobre a importância do enquadramento teórico, nomeadamente da análise prévia do texto a traduzir, com a finalidade de identificar atempadamente a natureza das dificuldades de modo a desenvolver métodos que permitam resolvê-las com maior facilidade e segurança.

BIBLIOGRAFIA

- Adler, J.A. (1960). *Elsevier's Dictionary of Criminal Science*, Amsterdam: Elsevier Publishing Company.
- Alcaraz, E. & Hughes, B. (2003). *Legal Translation Explained*, Manchester: St. Jerome Publishing.
- Alseroy, van J. et al (1985). *Key Words in International Trade*, Lisboa: Delegação Nacional Portuguesa da Câmara de Comércio Internacional.
- Alves, F., Fernandes, P. e Monteiro, S. (2006). *Quase tudo o que eu (sempre) quis saber sobre tradução – kit de sobrevivência*. [em linha] Universidade do Minho Disponível em: repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/5890 [Consultado a 14/03/2013]
- Bernardo, A. M., (1997-98). «Para uma tipologia das dificuldades de tradução». *RUNA (Revista Portuguesa de Estudos Germanísticos)*, n.º 27:75-94
- Cabré, M. T. (1999). *Terminology: Theory, methods and applications*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.
- Cao, D. (2007), *Translating Law*, Clevedon: Multilingual Matters.
- Código de Processo Penal e legislação complementar*, 3ª edição, (2001). Lisboa: Quid Juris?.
- Código Penal* (1998). Coimbra: Almedina.
- Comité Europeu de Normalização (2008). *Norma Europeia 15038* [em linha] Disponível em: www.idiomaglobal.pt/documentos/paginas/en15038_pt.pdf [Consultado a 14/03/2013]
- Cunha, C. e Cintra, L. (1998). *Breve Gramática do Português Contemporâneo*. 11ª edição Lisboa: Edições Sá da Costa.
- da Graça, A. P. H., (2008). *Aspectos metodológicos do discurso judiciário (Intervenção no CEJ)* [em linha]. Évora: Centro de Estudos Judiciários (CEJ) Disponível em: www.stj.pt/ficheiros/estudos/apiresgraca_discursojudiciario.pdf [Consultado a 29/01/2013]
- Decreto n.º 25-A/2005 - Aprova a Convenção Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, adoptada em Genebra, pela 56.ª Assembleia

Mundial de Saúde, em 21 de Maio de 2003 [em linha]. Disponível em www.gddc.pt/siii/docs/dec25A-2005.pdf [Consultado em 27-11-2012]

van Dijk, T. A. (1989). *La ciencia del texto*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, S.A.

Eiras, H. & Fortes, G. (2005). *Dicionário de Direito Penal e Processo Penal*, Lisboa: Quid Juris?.

Gibbons, J. (ed.) (1994). *Language and the Law*. New York: Longman.

Houaiss, A. (2000). *Dicionário Houaiss inglês-português*, Rio de Janeiro: Editora Record.

Martin, E. A. (ed.) (2003). *Oxford Dictionary of Law*, 5ª edição, Oxford: Oxford University Press.

Nesselhauf, N. (2005). *Collocations in a learner corpus*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company. [em linha] Disponível em <http://books.google.pt/books?id=RasDwVvBp00C&printsec=frontcover&dq=collocations&hl=pt-PT&sa=X&ei=MzPyUaWeFsr17AaK5IDYBg&ved=0CDMQ6AEwAA#v=onepage&q=collocations&f=false> [Consultado em 26-07-2013]

Nord, C. (2001). *Translation as a Purposeful Activity*. Manchester: St. Jerome Publishing.

Nord, C. (2005). Text analysis in translation: theory, methodology, and didactic application of a model for translation-oriented text analysis. Amsterdam: Rodopi.

Nunes, H. M. P. de S., (2000). *Contributo para a Caracterização da Linguagem Jurídica no Domínio Lexical*, Dissertação de Mestrado apresentada à FLUL, Lisboa.

Nunes, H. S., (2001). «Para uma caracterização da linguagem jurídica. A função dos advérbios na Constituição da República Portuguesa». *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XLII, n.º 2:1329-1338.

Prata, A. (2011). *Dicionário Jurídico*, 2ª edição, Vol. 2, Coimbra: Almedina.

Relatório da reabertura da investigação técnica ao acidente com o avião Cessna, modelo 421 A, n.º de série 421 A – 0040 matrícula venezuelana YV – 314P, ocorrido em Camarate em 4 de Dezembro de 1980 [em linha]. Disponível em

<http://xa.yimg.com/kq/groups/1071122/614808881/name/Relatorio-Camarate.pdf>

[Consultado em 20-11-2012]

Rodrigues, M. da C. C., (2007). «Linguagem, Discurso e Direito». Revista do Ministério Público, nº 111:5-36.

Sousa, M. (1997). *Dicionário de Termos Informáticos inglês-português e português-inglês*, Mem-Martins: SporPress.

Vinay, J.P. & Darbelnet, J. (1975). *Stylistique comparée du français et de l'anglais*. Paris: Didier.

Vinay, J.P. & Darbelnet, J. (1995). *Comparative Stylistics of French and English: A Methodology for Translation*, Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

Xavier, M. F. e Mateus, M. H. – orgs. (1990-92). *Dicionário de Termos Linguísticos*, 2 volumes, Lisboa: Edições Cosmos.

SÍTIOS ELECTRÓNICOS

Bases Jurídico-Documentais do Ministério da Justiça. [Em linha]. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/> [Consultado em 25-01-2013]

Complete list of the Council of Europe's treaties. [Em linha]. Disponível em: <http://www.conventions.coe.int/Treaty/Commun/ListeTraites.asp?CM=8&CL=ENG> [Consultado em 25-03-2013]

Criminal Codes. [Em linha]. Disponível em: <http://legislationline.org/documents/section/criminal-codes> [Consultado em 25-01-2013]

Eur-lex Acesso ao direito da União Europeia. [Em linha]. <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm> [Consultado entre 15-10-2012 e 15-02-2013]

IATE – Interactive Terminology for Europe. [Em linha]. Disponível em: <http://iate.europa.eu/iatediff/SearchByQueryLoad.do;jsessionid=9ea7991930d7e297d4f2faa34529a97b8082481ac6f7.e38KbN4Mc34Nay0TahqLahiLc350?method=load> [Consultado em 19-01-2013]

Infopédia (2003-2013) [Em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa-aa/esp%C3%A9cie> [Consultado a 16-03-2013]

Jurislingue. [Em linha]. Disponível em: http://jurislingue.gddc.pt/fora/submenu_acesso_restrito_fora.htm [Consultado em 06-02-2013]

Linguee – Dicionário inglês - português e outros idiomas. [Em linha]. <http://www.linguee.pt/> [Consultado entre 15-10-2012 e 15-02-2013]

ANEXO 1

Traduções feitas no estágio

CASO	ESPÉCIE DE DOCUMENTO	ORIGEM	Nº PÁG.	Nº PAL.	TEMA
1	Carta Rogatória	Austrália	12	2459	Burla informática
2	Carta Rogatória	Portugal	10	2454	Burla informática
3	Doc. bancários	Ilhas Virgens Britânicas	8	1499	Fraude bancária
4	Ofício	País da UE	1	275	Entrega de pessoa condenada
5	Carta Rogatória	Escócia	8	2668	Tráfico de droga
6	Doc. bancários	Ilhas Virgens Britânicas	14	2073	Fraude bancária
7	Extradição	EUA	9	1913	Tráfico de droga
8	Transferência	Gibraltar	4	955	Tráfico de droga
9	Mandado de detenção	EUA	17	4603	Terrorismo
10	Depoimento	Inglaterra	10	3860	Burla
11	Transferência	Irlanda	13	1904	Roubo e assalto
12	Programa	Malásia	4	1040	Conferência anti-corrupção
13	Mandado de detenção internacional	Tribunal Penal Internacional (TPI)	11	1947	Crimes contra a humanidade
14	Relatórios de peritos	Inglaterra e EUA	15	4578	Medicina forense e aeronáutica
15	Protocolo	Organização Mundial da Saúde (OMS)	13	5441	Protocolo à convenção sobre o controlo do tabaco

16	Legislação	Inglaterra	7	2818	Crimes contra as pessoas
17	Legislação	EUA	7	3338	Crimes contra as pessoas
18	Denúncia	Particular	14	7575	Tráfico de droga e pedofilia
19	Pacto Social	Ilhas Virgens Britânicas	3	690	Fraude bancária
20	Estatutos	Ilhas Virgens Britânicas	6	2113	Fraude bancária
21	Contrato para concessão de crédito	Ilhas Virgens Britânicas	3	967	Fraude bancária

ANEXO 2

Glossário elaborado durante o estágio

EN	PT	OBS.:
accession	cumplicidade	
accessory	cúmplice	Reino Unido
Act	Lei	
active corruption	corrupção activa	
<i>actus reus</i> in case of co-principals	ilicitude na comparticipação	
affidavit	declaração ajuramentada	
affirmative defense to a prosecution	exclusão da culpa ou da ilicitude	EUA
aggravated fraud	burla qualificada	
aggravated sexual abuse	abusos sexuais qualificados	EUA
aggravated theft	furto qualificado	
aggrieved party OR private prosecutor	assistente	
agreement (to commit an offence)	conluio (para a prática de um crime)	Reino Unido
any problem which may delay the execution	qualquer obstáculo passível de atrasar a execução	TPI
assault (v e s)	agredir (v); agressão (s)	
assault causing harm	ofensa à integridade física	
Asset forfeiture	confisco de bens	
assign to the registrar	incumbir o secretário	TPI
assuming that no remission is forfeited	desde que o arguido não tenha perdido o direito a qualquer perdão da pena	
assumptions and duration	pressupostos e duração	
at the instance of	instituído(s) por	
balance to serve on transfer	remanescente a cumprir após transferência	
Before whom tried	Julgamento realizado por: Mmº Juiz	
beginning of the statutory period	início do prazo	
being duly sworn	devidamente ajuramentado	
both counts to run concurrently	ambas as penas deverão ser cumpridas cumulativamente	

breach of trust	abuso de confiança	
burden of proving	ónus da prova	EUA
burglary	arrombamento	EUA
by virtue of	por força de	
capital stock	capital social	
care and control	custódia	EUA
case	processo	
Cassation court	Tribunal de Cassação	
causing him harm	ofendendo-lhe o corpo ou a saúde	
certificate	certidão	
certified copies	cópias autenticadas	
challenge or statement of defense	contestação	
chamber	juízo	
charge (count)	ponto da acusação	
charged in terms of the Indictment	com base numa acusação deduzida contra	
charterer	afretador	EUA
chief engineer	chefe de máquinas	EUA
child abduction	subtração de menor	
Circuit	Círculo (circunscrição judicial)	Irlanda
commission (of a crime)	autoria (de um crime)	
common provision	disposição comum	
completion of a crime	consumação de um crime	
computer science fraud	burla informática e nas comunicações	
conditional release in case of concurrent sentences	liberdade condicional em caso de execução sucessiva de várias penas	
consideration	contraprestação contratual	
Conspiracy to commit a crime	associação criminosa	
conspiracy to commit an offence or offences	associação criminosa	Reino Unido
conspiracy to commit offense	associação criminosa	EUA
continued enforcement of a sentence	continuação da execução da condenação (proferida contra)	
continuing conspiracy	associação criminosa continuada	Reino Unido
contrary	previsto e punido	

contravention	violação das disposições constantes	
conversion of sentence	conversão da condenação	
conviction	decisão condenatória	
count x	ponto n.º x da acusação	
crimes against freedom and self-determination	dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	
crimes against peace and humanity	crimes contra a paz e a humanidade	
crimes against personal freedom	crimes contra a liberdade pessoal	
crimes against property in general	crimes contra o património em geral	
crimes against public order and tranquility	crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas	
crimes against the family, the religious beliefs and the respect due to the deceased	crimes contra a família, os sentimentos religiosos e o respeito devido aos mortos	
crimes committed while holding public offices	crimes cometidos no exercício de funções públicas	
crimes of common danger	crimes de perigo comum	
crimes of forgery	crimes de falsificação	
criminal offence	infracção penal	
criminal offence	crime	
criminal offences	infracções penais	
criminal offences against property	crimes contra a propriedade	
criteria in setting the sentence	critério de escolha da pena	
currency counterfeiting	contrafacção de moeda	
custody pending trial	prisão preventiva	
custody pending trial; pre-trial custody	prisão preventiva	
customs and excise management act	lei das alfândegas e impostos	Escócia
damage	dano	
damages	indemnizações	
date of conviction	data em que foi declarado culpado	
Date of Release with standard remission	Data de colocação em liberdade com redução padrão	
date of sentence	condenação	

defense	atenuante	Reino Unido
Defendant's counsel for the defense	Defensor oficioso	
disclosure of material and judiciary secrecy pending criminal investigation	violação do segredo de justiça	
documents forgery	falsificação de documentos	
dual criminality	dupla criminalização	
enactment	dispositivo legal	Reino Unido
entered into legal force sentence	pena vigente	
establish the offences	tipificar os crimes	
evidentiary items	elementos probatórios	
examining magistrate	juiz de instrução	
exculpatory evidence	provas ilibatórias	
exemption of sentence	dispensa da pena	
explosive or similar substances and weapons	substâncias explosivas ou análogas e armas	
extinction of the criminal liability	extinção da responsabilidade criminal	
fact and substance of the request	questões substantivas e o âmbito do pedido	
Federal community program center	centro comunitário federal	EUA
federal correctional facility	estabelecimento prisional federal	EUA
federal correctional institution	instituição penal federal	EUA
federal prison	prisão federal	EUA
felony	crime grave	EUA
filed under seal	arquivado e selado	
final decision	decisão definitiva	
final sentence	sentença definitiva	
forgery of currency, securities and stamped value	falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	
forthwith	posteriormente	
fraud	burla qualificada	
freezing	congelamento de bens	
full remission	perdão total	
Garda Report	Relatório Policial	Irlanda
genocide	genocídio	
halfway house	casa de transição	EUA

Her Majesty's Stationery Office	Boletim Oficial	Reino Unido
homicide	homicídio	
Ill-Gotten Assets	Bens ilegalmente adquiridos	
in contravention of section	previsto(s) no artigo	
in loco parentis	<i>in loco parentis</i>	EUA
in reliance on the terms hereof	com base no presente instrumento	
in the course of enforcement	no âmbito da execução	EUA
in the Portuguese jurisdiction	em território português	
indictable crime	crime grave	
individual plan for social rehabilitation	plano individual de readaptação social	
infidelity	infidelidade	
inmate	recluso	
Intelligence-Led Policing	Policiamento com base em informações	
intended victim	alegada vítima	Reino Unido
intentional serious personal harm	ofensa à integridade física qualificada	Reino Unido
intentionally or knowingly	intencional ou conscientemente	EUA
interdiction of activities	interdição de actividades	
interdictions	incapacidades	
intergovernmental arrangement	convénio intergovernamental	
interruption of the statute of limitations	interrupção da prescrição	
involuntary manslaughter	homicídio por negligência	
judicial documents	actos judiciais	
judicial proceedings	processos judiciais	
kidnapping	rapto	
lawful act	acto lícito	EUA
lawful expiry	termo	
lawfully	nos termos da lei	
legal and administrative system	ordenamento jurídico-administrativo	
legal definitions	definições legais	
life imprisonment	pena de prisão indeterminada	Reino Unido

Lord Advocate	Corresponde ao nosso Procurador-Geral	Escócia
magistrate judge	juiz de direito	
magistrates' court	tribunal de instrução	Reino Unido
making off without payment	burla para obtenção de alimentos, bebidas ou serviços	
malice aforethought	dolo e premeditação	EUA
malicious	doloso	EUA
manslaughter	homicídio privilegiado	Reino Unido
may be convicted	é passível de condenação	
measure of the penalty	determinação da medida da pena	
mens rea in case of co-principals	culpa na participação	
merge	conexão (de processos)	
misconduct	actuação imprópria	EUA
mitigated homicide	homicídio privilegiado	
mitigated manslaughter	homicídio privilegiado	
murder	homicídio (com premeditação)	
murder	homicídio qualificado	Reino Unido
murder in the first degree	homicídio qualificado	
murder in the first degree	homicídio em primeiro grau	EUA
mutual legal assistance	auxílio judiciário mútuo	
natural or legal persons	peças singulares ou colectivas	
non-appearance warrant of arrest	mandado de detenção por não-comparência	
non-parole release date	data de libertação sem direito a liberdade condicional	
on the crimes against life in society	crimes contra a vida em sociedade	
once it is ordered that he be surrendered	assim que tal entrega seja decidida	TPI
open prison	prisão em regime aberto	
overt act	acto ilícito	EUA
pandering	lenocínio	
parole	liberdade condicional	
parole eligibility date	Data de Elegibilidade para a Liberdade Condicional	

parole; conditional release	liberdade condicional	
passing false currency	passagem de moeda falsa	
pending	a correr termos	
persons claiming compensation	parte civil	
physical and financial restraining measures	medidas de coacção e de garantia patrimonial	
possession with intention to supply	posse com intenção de venda	
power of attorney	procuração	
preliminary provision	disposição preliminar	
Pre-trial chamber	Juízo de instrução	TPI
pre-trial custody	prisão preventiva	
pre-trial detention	prisão preventiva	
principals	autoria	
prisoner	recluso	
privacy	vida privada	TPI
private prosecutor	assistente	
probation	regime de prova	
probation violation petition	pedido de revogação da liberdade condicional	
procedural measure or sentence served abroad	medida processual ou pena sofridas no estrangeiro	
property	bens	EUA
prosecution	procedimento criminal	
prosecution	acção penal	EUA
prosecutions	procedimentos penais	
protective custody	internamento de inimputáveis	
provisional measures	medidas cautelares (antes do julgamento)	
public instigation to the commission of a crime	instigação pública a um crime	
public prosecutor	magistrado do MP	
pursuant	nos termos de	
quash	anular, revogar	
receiving of stolen goods	receptação	
recklessness	imprudência	Reino Unido
registrar	secretário	TPI
regulation	regulamento	EUA
Regulations of the Court	Regimento do Tribunal	TPI
remission	redução	
remission earned	redução concedida	

reports	autos	
requested party	parte requerida	
requesting party	parte requerente	
restitution or reparation	restituição ou reparação	
restraining measures	medidas de coacção	
return of prisoner	condução do recluso à prisão	
revocation of the conditional release and extinction of the sentence	revogação da liberdade condicional e extinção da pena	
robbery	roubo	
rule	norma	
rule	norma	EUA
rule order	decisão judicial	
Rules of Procedure and Evidence	Regulamento Processual	TPI
scope	aplicação no tempo	
searches and seizures	buscas e apreensões	
section (of an Act)	artigo (de uma Lei)	
securities equated with currency	títulos equiparados a moeda	
sentence	condenação	
sentence calculation	cálculo de liquidação da pena	
sentence expiry date	termo da pena	
sentence to date from	Pena - data início	
sentenced person	pessoa condenada	
serious bodily injury	ofensa à integridade física qualificada	EUA
serious damage	dano qualificado	
serve	cumprir (dias de detenção)	
service of judicial documents	notificação de documentos judiciais	
severance	separação (de processos)	
share capital	capital social	
simplified procedure	processo abreviado	
special attenuation of and dispense with the punishment	atenuação especial e dispensa da pena	
special mitigation of the sentence	atenuação especial da pena	
spelled	designado	TPI
state correctional officer	guarda-prisional estadual	EUA
statute of limitations of the criminal prosecution	prescrição do procedimento criminal	

statutory periods	prazos de prescrição	
statutory provisions	disposições legais	
stay of enforcement with probation	suspensão com regime de prova	
subject to	sob reserva de	Reino Unido
suicide pact killing	homicídio no quadro de um pacto de suicídio	Reino Unido
summary offence	crime sujeito a processo sumário	Reino Unido
summary proceedings	processo sumário	
suspension of the statute of limitations	suspensão da prescrição	
terms of the special mitigation	termos da atenuação especial	
theft	furto	
there is no appeal against conviction or sentence outstanding	não existe qualquer recurso pendente da decisão condenatória ou da pena.	
to accept consideration	receber vantagens	Reino Unido
to be committed	ser conduzido (a estabelecimento prisional)	
to be committed for trial	ir a julgamento	Reino Unido
to be convicted	ser declarado culpado	Reino Unido
to be guilty of	ser culpado de	Reino Unido
to discharge the obligation set forth in paragraph	desvincular da obrigação prevista no n.º	
to steal	furtar	
traffic in persons	tráfico de pessoas	
transfer outward	transferência para o estrangeiro	
transmitting Party	Parte remetente	
true and correct copies	cópia fiel	
trust services	trust	
under the color of law	em nome da lei	EUA
uniformed services	forças militares ou militarizadas	EUA
unlawful act not amounting to a felony	crime menos grave	EUA
unlawful detention	sequestro	
uphold (the verdict)	manter (o veredicto)	

use of identification document belonging to another person	uso de documento de identificação alheio	
violation	violação do disposto em	
violation notice	auto de infração	
voluntary and complete renunciation	renúncia voluntária e absoluta	EUA
voluntary intoxication	efeito de drogas ou álcool	Reino Unido
warrant	mandado	
Where the purpose of an enactment creating an office	Sempre que o propósito de legislar uma conduta como criminosa	Reino Unido
Whistle Blower Act	Lei das Denúncias	